



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA N.º. 26/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZANOVE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira.-

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que:-----

-----Teve lugar no passado dia 11, no Centro de Animação Cultural, a festa de Natal da Academia Saber+. Cerca de quarenta (40) alunos subiram ao palco para apresentar o espetáculo “O Pai Natal do Averso”, que constou de momentos de humor, música tradicional e natalícia, e sobretudo muita animação. Mas não foi esquecido o tempo que vivemos, o significado da quadra, como no quadro cénico que representou os sem-abrigo e através das várias mensagens que foram projetadas aludindo aos valores da Paz, União, Fraternidade, Solidariedade, entre outros.-----

-----O espetáculo teatral e musical “Alice no País das Maravilhas” subiu ao palco do Centro de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Animação Cultural, no passado dia 16, promovido pelo Município de Mortágua e inserido na programação de Natal. A apresentação da peça esteve a cargo da companhia de Teatro Rituais Dell Arte, que adaptou para o palco este conto original de Lewis Carroll, talvez um dos mais famosos de todos os tempos.-----

-----Mais de duas centenas de pessoas, na sua maioria crianças, acompanhadas pelos Pais, assistiram ao espetáculo, em que a pequena Alice é a protagonista de uma história repleta de magia, aventura, fantasia e sonho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----VOTO DE PESAR:-----

-----O Senhor Presidente propôs a aprovação do seguinte Voto de Pesar:-----

-----“No passado dia 10 de dezembro, aos 89 anos de idade, faleceu o Senhor Vital de Matos Ferreira Mateus, ex- Presidente da Junta de Freguesia de Pala.-----

-----Vital de Matos Ferreira Mateus dedicou como autarca uma parte substancial da sua vida à causa pública, tendo sido Vogal (secretário) da Junta da Freguesia nos mandatos de 1986-1989, 1990 -1993 e Presidente da Junta de Freguesia nos mandatos de, 1994-1997, 1998-2001.-----

-----Cidadão de qualidades humanas reconhecidas por Vital de Matos Ferreira Mateus, destacou-se pelo seu sentido de dedicação a causas, servindo a sua comunidade com toda a dedicação e empenho, com uma constante preocupação com o bem-estar dos seus concidadãos.-----

-----Pela sua postura e conduta ao longo da vida cultivou o respeito e a amizade daqueles com quem se relacionou e por todos será recordado.-----

-----Assim proponho a aprovação deste Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Vital de Matos Ferreira Mateus, pelo seu indelével contributo à Freguesia de Pala, Concelho de Mortágua e ao poder autárquico.-----

-----Do presente Voto de Pesar seja dado conhecimento à Família” .-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Senhor Vital de Matos Ferreira Mateus e apresentar as suas sentidas condolências à família, e publicar o mesmo na comunicação social.-----

II- PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05/12/2018:

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 05/12/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu também conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores, geradoras de receitas e custos.-----

-----O Senhor Presidente informou ainda que o Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto da 1ª. Sessão de 13 de dezembro decidiu conceder o visto ao processo de adesão à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 240, referente ao dia 18/12/2018, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS AUTARQUIAS LOCAIS:-----

-----Foi presente o ofício referência nº. 2329/2018, de 12/12/2018, do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais dando conhecimento que nos dias 27 e 29 de novembro, último, foram publicados 11 decretos-lei que transferem competências da administração Central para a administração Local autónoma do Estado.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Em concreto e no que diz respeito aos municípios, foram publicados os seguintes diplomas:-----

-----Decreto-Lei n.º 97/2018 - Diário da República n.º 228/2018, Série I de 2018-11-27:-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres;-----

-----Decreto-Lei n.º 98/2018 - Diário da República n.º 228/2018, Série I de 2018-11-27:-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo;-----

-----Decreto-Lei n.º 99/2018 - Diário da República n.º 229/2018, Série I de 2018-11-28:-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística;-----

-----Decreto-Lei n.º 100/2018 - Diário da República n.º 229/2018, Série I de 2018-11-28:-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação;-----

-----Decreto-Lei n.º 101/2018 - Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29:-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça;-----

-----Decreto-Lei n.º 102/2018 - Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29:-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento;-----

-----Decreto-Lei n.º 103/2018 - Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29:-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários;-----

-----Decreto-Lei n.º 104/2018 - Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29:-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

domínio das estruturas de atendimento ao cidadão;-----

-----Decreto-Lei n.º 105/2018 - Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29;-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação:-----

-----Decreto-Lei n.º 106/2018 - Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29;-----

-----Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização;-----

-----Decreto-Lei n.º 107/2018 - Diário da República n.º 230/2018, Série I de 2018-11-29;-----

-----Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de estacionamento público.-----

-----Face ao disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e nos decretos – leis supra referidos, as competências são transferidas automaticamente para os municípios, sem prejuízo da Assembleia Municipal deliberar, relativamente a cada um deles, não pretender exercer a respetiva competência em 2019.-----

-----A deliberação da Assembleia Municipal tem de ser comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais, no prazo máximo de sessenta (60) dias consecutivos, após a entrada em vigor de cada um dos diplomas indicados. Anexando um quadro contendo, para cada um dos diplomas, as datas da respetiva publicação, entrada em vigor e para a comunicação à DGAL da eventual deliberação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ÁGUAS DO PLANALTO S.A.:-----

-----Foi presente o ofício referência número ADM 23112018, de 23/11/2018, da Concessionária Águas do Planalto S.A., em que informa que aquela Concessionária acaba de ser distinguida pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água Resíduos (ERSAR), com o Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano de 2018.-----

-----Desde de 2014 estas distinções não eram atribuídas, tendo a Entidade Reguladora reiniciado a atribuição dos prémios de qualidade no presente ano. Em 2014 e 2017 a Águas do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Planalto, também, foi galardoada com o Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MORTÁGUA:-----

-----Foi presente o ofício referência c/DM-127/18, de 10/12/2018, do Comandante do Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua, a dar conhecimento que no âmbito das decisões sufragadas no Conselho Nacional Extraordinário d Bombeiros, decorreu de posição por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua, com total apoio do seu Corpo de Bombeiros, de que a partir das 00h do dia 09 de dezembro de 2018, deixar de reportar ao Comandante Distrital de Operações de Socorro de Viseu, toda e qualquer informação operacional, que seja de âmbito municipal e que não exija a ativação do princípio da subsidiariedade para com o patamar principal.-----

-----Informa assim no que diz respeito à proteção civil diz respeito, que não esteve nem vai estar em causa o socorro à população do Concelho, bem como a interajuda para com as populações dos concelhos adjacentes, sempre e quando o Corpo de Bombeiros vizinho solicite o seu apoio.-----

-----Desta forma pretende que entenda a tomada de posição dos Bombeiros Voluntários de Portugal, que tentaram pela via do diálogo e da relação institucional fazer ver ao governo a necessidade de reformas para o papel dos Bombeiros Voluntários, no âmbito das operações de socorro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-ENSINO:-----

5.1.1.-Atividades de Enriquecimento Curricular 2018/2019 –Aprovação da Candidatura:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência S8547/2018, de 19/11/2018, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro, através



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do qual informa, considerando que o Município celebrou com o Ministério da Educação contrato de execução relativo à transferência de competências para os municípios em matéria da educação (Decreto-Lei nº. 144/2008, de 28/07), que a comparticipação prestar no ano escolar 2018/2019, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, corresponde a vinte e cinco mil duzentos e sessenta euros (25.260,00 €).-----

-----Aquele valor pode ser alterado em função da atualização/retificação, do número de alunos que frequentam as atividades, por conjunto de tempos letivos de AEC oferecidos, e do número de horas/minutos de AEC garantidos por docentes do quadro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.1.2.-Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mortágua – Apoio a viagem de fim de curso:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta datada de 26 de novembro de 2018, da Comissão de Finalistas da Escola Secundária Dr. João Lopes de Moraes, solicitando a atribuição de um subsídio para apoio à sua viagem de fim de curso.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio de mil euros (1.000,00 €) através da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mortágua, para comparticipar as despesas dos alunos mais carenciados.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa estando inscrito nas Opções do Plano com o projeto 2018/5040.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias - Ratificação dos processo nº.45 e 49/2018:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 45 e 49 de 2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-APOIO AO ASSOCIATIVISMO - Atividades Culturais Desportivas e Recreativas/ Investimentos:-----

6.1.1.-Associação Cultural e Recreativa de Vale de Ana de Justa – Obras de beneficiação do edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pela Associação Cultural e Recreativa de Vale de Ana Justa para apoio à execução de obras de beneficiação e melhoramentos no seu edifício sede, nomeadamente no teto e execução de zona de churrasqueira e forno, cujo orçamento ascende a cerca de 6.500,00 €, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº. 2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 3.250,00€ para apoio à realização de obras de melhoramento e beneficiação no seu edifício sede, mediante a celebração Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5041-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

“Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto mediante a celebração de protocolo.-----

6.2.-APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----

6.2.1.-Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Espinho:-----

6.2.1.1.-Apoio obras de beneficiação na Igreja Matriz da Freguesia de Espinho:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento, remetido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Espinho, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa o pedido de apoio financeiro para as obras de melhoramento na Igreja Matriz da Freguesia de Espinho, nomeadamente aplicação de piso flutuante e restauro dos retábulos em talha dourada, cujo orçamento ascende ao montante de 20.897,00 €.-----

-----Trata-se de património de cariz religioso de grande valor para o Concelho, tendo sido construída com o esforço das gentes da Freguesia de Espinho que empenharam muito o seu tempo e dedicação na edificação deste projeto, considerado de grande significado e mais-valia para toda a comunidade.-----

-----Toda a envolvimento da população da Freguesia de Espinho pauta-se por atuação para a orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza religiosa, mas também cultural, contribuindo, assim para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Este investimento reveste um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimento local.-----

-----Assim, proponho a atribuição do seguinte subsídio de apoio financeiro às obras de restauro e melhoramentos da Igreja Paroquial da Igreja de Espinho no valor de 8.000,00 €.”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 (Instituições sem



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fins lucrativos, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, programa 004 Apoio Instituições Religiosas, no projeto 2018/5042.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio proposto mediante a celebração de Protocolo.-----

6.2.1.2.-Apoio obras de beneficiação na Capela da Sobrosa:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“ Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento, remetido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Espinho/Comissão da Capela da Sobrosa, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa o pedido de apoio financeiro para as obras de beneficiação e melhoramentos da Capela da Sobrosa, nomeadamente construção de casa de banho, cujo orçamento ascende a 5.975,00 €.-----

-----Trata-se de património de cariz religioso, tendo sido construída com o esforço das gentes de Sobrosa.-----

-----Considerando que o pedido se enquadra no n.º.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 2.000,00 € para apoio às obras de melhoramentos da Capela de Sobrosa “.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5042“Const. Conservação Igrejas e Capelas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital). -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio proposto mediante a celebração de Protocolo.-----

6.2.2.-Fábrica da Igreja da Freguesia do Sobral/Capela de Mortazel:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“ Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

remetido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Sobral/Comissão da Capela de Mortazel, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa o pedido de apoio financeiro para as obras de beneficiação e melhoramentos da Capela de Mortazel, nomeadamente restauro do altar-mor, portas e janelas, cujo orçamento ascende a 12.500,00€.------

-----Trata-se de património de cariz religioso, tendo sido construída com o esforço das gentes de Mortazel.------

-----Considerando que o pedido se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.------

-----Assim, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 3.000,00 € para apoio às obras de melhoramentos da Capela de Mortazel “.------

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5042 “Const. Conservação Igrejas e Capelas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).------

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio proposto mediante a celebração de Protocolo.------

7.-AÇÃO SOCIAL:------

7.1.-TRANSFERÊNCIA PARA AS IPSS - Apoio para Atividades/Investimentos:------

7.1.1.-Santa Casa da Misericórdia de Mortágua:------

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício referência 280/2016, de 19 de dezembro corrente, da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua dando conhecimento que no corrente ano realizaram investimentos avultados na melhoria dos serviços existentes, nomeadamente lavandaria e economato, e consideração a prática de apoio da Câmara Municipal às Instituições que desenvolvem serviços destinados à população socialmente mais vulneráveis do Concelho solicita o apoio financeiro da autarquia.------

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:------



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- “Considerando que as atividades que a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua vem desenvolvendo na área social são muito importantes para o bem – estar da população e o desenvolvimento do Concelho.-----

-----Considerando o número de utentes, 313, distribuídos pelas várias valências daquela Instituição, ou seja: 55 em Lar de Idosos; 106 em apoio domiciliário; 34 em Centro de Dia; 39 em Creche; Unidade Cuidados Continuados Integrados – 27; Centro de Atividades Ocupacionais Pessoas Portadores de Deficiência (CAO) – 28; Lar Residencial de Pessoas Portadores de Deficiência - 24, não se contabilizando os serviços de refeição e ATL do Ensino Pré-Escolar e 1º. CEB Protocolados com o Município.-----

-----Considerando que a área de atividade da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o “Apoio a investimentos/Atividades das IPSS” proponho a atribuição de um subsídio no montante de 17.000,00 € para apoio a investimentos, e de 18.000,00 € para apoio a atividades.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 03- Ação Social, Programa 01 – Transferências para as IPSS, Projeto 2018/5044 - Apoio para Investimentos e Projeto 2018/5043 - Apoio para atividade e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas respetivamente 080701 e 040701.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, os Vereadores Dr. Eusébio Lourenço Ferreira e o Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.1.2.-Centro BALMAR - Fundação de Beneficência e Cultura:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que as atividades que o Centro BALMAR vem desenvolvendo na área social são muito importantes para o bem – estar da população e o desenvolvimento do Concelho. Considerando que aquela Fundação tem 104 utentes distribuídos pelas seguintes respostas sociais: 21 utentes no Serviço de Apoio Domiciliário de Idosos 76 utentes no Lar de Idosos, 7 em Centro de Dia.-----

-----Considerando que a área de atividade do Centro BALMAR é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o “Apoio a Atividades das IPSS” no projeto 2018/5043, proponho a atribuição de um subsídio no montante 1.500,00 para apoio a atividades”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

7.1.3.-Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual Escola de Cães Guia para Cegos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência GED 099/2018, 04/12/2018, da Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual – Escola de Cães – Guia para Cegos de Mortágua informando que da necessidade de realização obras de beneficiação no seu edifício sede nomeadamente de acessibilidades de acordo com a legislação (rampeamentos, estacionamento para deficientes e alterações das escadas exteriores de acesso ao segundo andar), bem como isolamento e pintura de paredes exteriores, em consequência de infiltrações existentes, e solicitando o apoio financeiro da Câmara Municipal, considerando é uma associação de âmbito nacional que concretiza os seus objetivos específicos, através do apoio do Estado e do Município e da contribuição dos seus sócios e da angariação de fundos que vai conseguindo fazer através da realização de diversos tipos de ação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: “Considerando que a Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual é uma Instituição de Solidariedade Social do Concelho, tendo sido esta Câmara Municipal parceira na criação da sua Escola de Cães Guia para Cegos, única no País.-----

-----Considerando que para além do valor inegável na procura de resolução de um problema específico é de realçar aspeto inovador deste projeto e o bom exemplo de solidariedade que é dado pelos parceiros não institucionais, as famílias de acolhimento dos cães, e que se encontram em todos os pontos do País.-----

-----Considerando que a Associação não dispõe de quaisquer recursos financeiros próprios para apoio às despesas inerentes à prossecução dos seus objetivos.-----

-----Considerando que a área de atividade da Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o “Apoio a investimentos das IPSS” proponho a atribuição de um subsídio no montante de 10.000,00 € para apoio a investimentos”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 03- Ação Social, Programa 01 – Transferências para as IPSS, o Projeto 2018/5044 - Apoio a Investimentos e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas 080701 “Entidades sem Fins Lucrativos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Presidente da Câmara e o Vereador Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.1.4.-Associação de Jardins Escolas João de Deus:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o Jardim Escola João de Deus é uma Instituição de Solidariedade Social do Concelho que tem vindo a desempenhar desde a sua fundação um papel de extrema importância na área social e nomeadamente da educação, contribuindo para a melhoria das condições de vida da comunidade em que se encontra inserido procurando sempre responder às necessidades sentidas pelas famílias.-----

-----Considerando que no presente ano tem uma frequência de setenta (70) crianças distribuídas pelas seguintes respostas sociais: trinta e oito (38) na creche; trinta e dois (32) no Jardim de Infância.-----

-----Considerando que a concretização de algumas medidas de promoção e proteção aplicadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, assim como o cumprimento de Programas de Inserção no âmbito do subsídio de Inserção Social somente têm sido possíveis de concretizar em virtude da disponibilidade demonstrada pelo Jardim Escola João Deus, em integrar nas suas valências estas crianças oriundas de famílias de poucos recursos económicos.-----

-----Considerando que a área de atividade do Jardim Escola João de Deus é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do n.º 1, do art.º 3.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o Atividades das IPSS proponho a atribuição do subsídio no valor de 1.500,00 € para apoio ao funcionamento da resposta social creche”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 03- Ação Social, Programa 01 – Transferências para as IPSS, o Projeto 2018/5043 - Apoio a Atividades e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas 040701 “Instituições sem Fins Lucrativos”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.2.-REDE SOCIAL:-----

7.2.1.-Ratificação da Manifestação de Interesse de Investimento Social da Iniciativa Portugal Inovação Social - Iniciativa “INCLUNATURA – Escola Quinta Pedagógica e Terapeutica promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de ratificação, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de dezembro, para efeitos de candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua à capacitação para o investimento social da iniciativa Portugal Inovação Social, a Manifestação de Interesse Social da Câmara Municipal de Mortágua, datada de 10/12/2018, na concretização da iniciativa “ INCLUNATURA – Escola Quinta Pedagógica e Terapeuta” no Concelho de Mortágua”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, ratificar a Manifestação de Interesse Social da Câmara Municipal de Mortágua, datada de 10/12/2018, na concretização da iniciativa “INCLUNATURA – Escola Quinta Pedagógica e Terapeuta” no Concelho de Mortágua” no Concelho de Mortágua , que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando para todos os efeitos legais anexos à presente ata, em harmonia ao preceituado nos termos da alínea a) do n.º 1 n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-

8.-SANEAMENTO E SALUBRIDADE:-----

8.1.-RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS:-----

8.1.1.-Candidatura Associação de Municípios Planalto Beirão – POSEUR – Transferência de verbas:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício ref.º 240, de 05/12/2018, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, através do qual, no sentido de assegurar o financiamento da fração restante (15%) das componentes da operação POSEUR -3-1911- FC - 0000075 designada de “Incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos 3 fluxos (3F) multimateriais”, assim como das componentes eu visam a recuperação da capacidade instalada do Sistema de Valorização Multimaterial da Associação de Municípios da Região do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Planalto Beirão, no âmbito dos incêndios de 15 de outubro de 2017, apresenta os seguintes documentos para transferência de verba:-----

-----Nº 366 – Ampliação da frota de recolha alocada à rede de equipamento de recolha seletiva 3F – quinze mil duzentos e quarenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos (15.246,56 €).-----

-----Nº. 404 - Ampliação e optimização da capacidade de processamento da linha de embalagens do cento de triagem do CTRSU do Planalto Beirão – dois mil oitocentos e trinta euros e três cêntimos (2.873,03 €).-----

-----Nº. 385 – Projeto de implementação da componente 3F na Estação de transferência de Vouzela – quatrocentos e quarto euros e quarenta e sete cêntimos (404,47 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio proposto mediante a celebração de Protocolo.-----

9.1.-URBANIZAÇÃO:-----

9.1.1.-Requalificação da Av. Infante D. Henrique em Vale de Acores – Indemnização pela integração no domínio público de uma parcela de terreno. Retificação da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 12/11/2018:-----

-----Em reunião ordinária de 12-11-2018 foi deliberado aprovar o pagamento de indemnização pela ocupação de uma parcela de terreno, situada junto à Av. Infante D. Henrique em Vale de Acores, que irá ser integrada no domínio público, no âmbito da obra de requalificação da referida via, bem como proceder ao pagamento da indemnização pela ocupação do terreno e destruição de benfeitorias (videiras e outras árvores), no valor de dois mil quinhentos e vinte euros (2.520,00 €), ao cabeça de casal de Alberto Ferreira Duarte. Verificou-se existir incorreção na identificação do proprietário do imóvel.-----

-----Assim, o prédio em questão, inscrito no artigo urbano 759 da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, é propriedade, em comum, dos filhos de Alberto Ferreira Duarte, falecido em 11-05-2005, a seguir identificados:-----

-----1.- José Ferreira Duarte, NIF 171 770 650, residente no Luxemburgo, proporção de 1/5 ;-----

-----2. João Ferreira Duarte, NIF 166091090, residente na França, proporção de 1/5 ;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----3.-Maria Amélia Ferreira Duarte Melo, NIF 187217815, residente em Vale de Açores, Mortágua proporção de 1/5;-----

-----4. Gualter Ferreira Duarte, proporção de 1/5, tendo falecido em 08/2/2011, pelo que lhe sucederam o cônjuge, com quem foi casado em regime da comunhão de bens Rosa Maria Ferreira Marques Duarte, NIF 116738561, residente em Vale de Açores, Mortágua, na proporção de 2/3 a filha Alina Isabel Marques Duarte, NIF 195634861, residente em Vale de Açores, Mortágua, na proporção de 1/6 e a filha Cátia Cristina Marques Duarte, NIF 212121049, residente em Coimbra, na proporção de 1/6.-----

-----5.- Joaquim Alberto Ferreira Duarte, proporção de 1/5, tendo falecido em 11-07-2013, pelo que lhe sucederam o cônjuge, com quem foi casado no regime da comunhão de adquiridos, Júlia Augusta Gonçalves Marques Duarte, NIF 111391911, residente em Coimbra, na proporção de 1/3 a filha Ana Isabel Marques Duarte, NIF 216597935, residente em Coimbra, na proporção de 1/3 e o filho João Miguel Marques Duarte, NIF 229724230, residente em Coimbra, na proporção de 1/3.-----

-----Deste modo, foi deliberado por unanimidade retificar a deliberação tomada na reunião ordinária de 12-11-2018, corrigindo a identificação dos proprietários do imóvel.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o pagamento da referida indemnização no valor de dois mil quinhentos e vinte (2.520,00) euros aos proprietários do imóvel em causa, na proporção das respetivas quota, ou seja quinhentos e quatro (504,00) euros para José Ferreira Duarte, NIF 171770650, quinhentos e quatro (504,00) euros para João Ferreira Duarte, NIF 166091090, quinhentos e quatro (504,00) euros para Maria Amélia Ferreira Duarte Melo, NIF 187217815, trezentos e trinta e seis (336,00) euros para Rosa Maria Ferreira Marques Duarte, NIF 116738561, oitenta e quatro (84,00) euros para Alina Isabel Marques Duarte, NIF 195634861, 84,00 oitenta e quatro (84,00) euros para Cátia Cristina Marques Duarte, NIF 212121049, cento e sessenta e oito (168,00) euros para Júlia Augusta Gonçalves Marques Duarte, NIF 111391911, cento e sessenta e oito (168,00) euros para Ana Isabel Marques



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Duarte, NIF 216597935, e cento e sessenta e oito (168) euros para João Miguel Marques Duarte, NIF 229724230.-----

10.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

10.1.-BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MORTÁGUA – Apoio Investimentos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta referência 178/18, de 14/12/2018, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua dando conhecimento que no sentido de melhorar e manter a operacionalidade no cumprimento da sua missão, para além das despesas correntes, foi/é necessário fazer investimentos nomeadamente na adaptação e equipamento específico do chassis que adquiriram para transformar em veículo urbano de combate a incêndios e que irá ascender ao montante de cento e vinte mil euros (120.000,00 €).-

-----Assim, solicita a colaboração do Município através da atribuição de um apoio financeiro para fazer face aos investimentos mencionados e que possibilitará cumprir a sua missão de uma forma mais eficaz e eficiente.-----

-----Considerando que a área de atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----O Senhor Presidente propôs, considerando ser de extrema importância dotar a nossa Corporação de Bombeiros de meios para cumprir a sua missão de forma ainda mais eficaz, a atribuição do subsídio no montante de cinquenta mil euros (50.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo no objetivo 07 PROTEÇÃO CIVIL, programa 003 Apoio a Investimentos dos Bombeiros Voluntários no projeto 2018/5077.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio de cinquenta mil euros (50.000,00 €) mediante a celebração de Protocolo.-----

-----Nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, os Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dores Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e o Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

10.2.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

10.2.1.-Estrelas da Serra – Associação Cultural, Recreativa, Desportiva e Social – Apoio investimentos/viatura:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pelo Associação Cultural e Recreativa, Desportiva e Social – Estrelas da Serra para apoio à aquisição de veículo pesado com cisterna de apoio ao combate aos incêndios florestais entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação tem pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 8.000,00 € para apoio à aquisição de trator, reparação de bomba e aquisição de apetrechos, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 07 Proteção Civil , Projeto 2018/5073 “ Apoio Investimentos Instituições Locais” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.2.2.- Associação Desportiva e Cultural de Anceiro – Apoio investimento/viatura:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pelo Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Anceiro para apoio à aquisição de trator e para complementar o equipamento de combate aos incêndios florestais, que de acordo com o orçamento ascende ao montante de 9.000,00 €, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação tem pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00 € para apoio à aquisição de trator, reparação de bomba e aquisição de apetrechos, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 07 Proteção Civil , Projeto 2018/5073 “ Apoio Investimentos Instituições Locais” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

10.2.3.-Equipa de Sapadores Florestais – Concelho de Mortágua:-----

-----O Senhor Presidente informou que, de modo a reforçar de forma permanente o serviço municipal de proteção civil de Mortágua, se procedeu à constituição de uma equipa de sapadores florestais constituída por cinco (5) elementos.-----

-----A constituição desta equipa resultou do Protocolo celebrado, em 23 de março de 2018 entre



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) e os Municípios de Mealhada, Mortágua e Penacova, que tem por objetivo, no âmbito de um projeto piloto a levar a efeito pelos referidos Municípios e, a Fundação Mata do Bussaco, cujo objetivo principal passa pela preservação do património paisagístico e florístico do referido perímetro, bem como pela defesa da floresta contra incêndios através da manutenção da rede primária de faixas de gestão de combustível, da beneficiação da rede viária florestal, e integra a Brigada de Sapadores Florestais do Bussaco de âmbito intermunicipal.-----

-----O Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, estabelece o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português e define os apoios públicos de que estas podem beneficiar.-----

-----Para isso, irá ser feita uma candidatura para uma equipa de sapadores florestais ao abrigo do Programa de Sapadores Florestais (PSF), que será afeta ao perímetro florestal do Bussaco (freguesias de Trezoi, Cercosa). -----

-----Para levar a efeito a constituição desta equipa, uma vez que se tornava necessário que os elementos integrassem o dispositivo operacional DFCI na campanha de incêndios florestais de 2018, foi feita a contratação dos cinco (5) elementos por prestação de serviços, e procedeu-se à aquisição de aquisição da viatura e respetivo equipamento para a mesma equipa.-----

-----Torna-se no entanto necessário solicitar ao INCF da intenção do reconhecimento desta equipa de sapadores florestais.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade solicitar ao INCF da intenção do reconhecimento da equipa de sapadores florestais que será afeta ao perímetro florestal do Bussaco e com intervenção nas Freguesias de Cercosa, Trezoi, Marmeleira, Pala, Sobral, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – cento e onze mil euros (111.000,00 €).-----

-----Anulação despesas de capital – sessenta e cinco mil euros (65.000,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – sessenta e quatro mil euros (64.000,00€);-----

-----Anulação despesas correntes – cento e dez mil euros(110.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la, ficando arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

11.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – quatro mil euros (4.000,00 €);-----

-----Modificação de Financiamento não definido – quarenta e dois mil euros (42.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la, ficando arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

11.3.-AUTO DE NOTICIA POR CONTRA-ORDENAÇÃO NÚMERO NUI/CO/001767/ 18.5.EACBR DA ASAE – CONTRAÇÃO AO SIR – SISTEMA DA INDUSTRIA RESPONSÁVEL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência S/8374/18/URC, de 16/11/2018, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a remeter o Processo de Contra-Ordenação nº. NUI/CO/001767/18.5. EACBR instaurado contra DMCAR,LDª, detentora de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

NIF 507 599 721, com sede social na Estrada Nacional 334-1, Lugar de Vale da Mata, Mortágua, pelo facto de, no dia 13/12/2018, no âmbito de uma ação inspetiva terem verificado a existência no referido local de estabelecimento industrial de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, sem que tenha sido emitido o respetivo título digital de exploração daquela unidade industrial (tipo 3), o que constitui uma infração ao artigo 34º. do SIR – Sistema da Indústria Responsável, aprovado pelo Dec. Lei 169/2012, punível pela alínea j) do nº.2 do artigo 75º. do citado SIR, aprovado em Anexo ao Dec. Lei 169/2012, de 1 de agosto, alterado e republicado pelo Dec. Lei nº.73/2015, de 11 de Maio, a que corresponde uma coima mínima de quinhentos euros (500,00 €) e máxima de dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €).

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear para instrutora do processo de contra-ordenação a assistente técnica Maria Joana Coragem Albano.--

-----Pelo Senhor Presidente foi presente, no seguimento da deliberação aprovada na Reunião de Câmara de 19/9/2018, o ofício refª. 39/2018/RH/EA, de 26/11/2018, do Centro Hospitalar Tondela Viseu, EPE, a enviar o acordo de cedência de interesse público celebrado com o Técnico Superior desta Câmara Municipal Ricardo Sérgio Pardal Marques, com início a 15/10/2018, e vigora por tempo indeterminado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.5.-ALTERAÇÃO DA DATA DA REALIZAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA:-----

-----O Senhor Presidente informou que o calendário da próxima reunião de Câmara é a dois (2) de janeiro de 2019, e considerando que os serviços municipais irão estar encerrados na tolerância de ponto e o feriado antecedentes, propôs por motivo de conveniência dos serviços que a mesma fosse alterado para o dia nove (9) de janeiro de 2019, às 15,00 horas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta, ficando os membros presentes dispensados de qualquer outra forma de convocação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – REQUERIMENTO . Nº.7266/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2018/6 – LEGALIZAÇÃO – EXPLORAÇÃO PECUÁRIA - (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----O Senhor Presidente ausentou-se da reunião durante a apreciação e votação deste ponto, uma vez que conforme despacho apresentado na Reunião de Câmara de 07/02/2018 verifica-se a existência de impedimento da sua intervenção nos processos relacionados com empresa em apreço, em consonância com as disposições legais pelo que nos termos e para efeitos de cumprimento do nº. 1 do artigo 71º. do CPA , devendo a Câmara decidir este incidente à luz do nº. 5 do artigo 70º. do CPA.-----

-----Assim, Câmara declarou o impedimento do Senhor Presidente na tomada de decisão deste assunto.-----

-----De seguida pelo Senhor Vice- Presidente foi presente o requerimento da Cortagri – Cortegaça Agrícola, Lda., com o número de identificação fiscal 503846368, com sede na Rua Principal, nº. 23, em Cortegaça, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, em que vem requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor de mil setecentos e sessenta e dois euros e trinta e nove centímetros (1.762,39 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/6, legalização - Exploração Pecuária (Cunicultura), sita na Rua Principal, 23, Cortegaça, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Conforme o previsto na alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Porém, de acordo com Lei nº. 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2, do artigo 16º. daquele diploma.-----

----- Assim, a Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de mil setecentos e sessenta e dois euros e trinta e nove cêntimos (1.762,39 €) à Cortagri – Cortegaça Agrícola, Lda., com sede no lugar Vale da Gontinha, Vale de Açores, União das freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, referente à ao licenciamento do Processo número 01/2018/6, legalização - Exploração Pecuária (Cunicultura), sita na Rua Principal, 23, Cortegaça, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Mais deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal para que, nos termos do nº. 2, do artigo 50º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, seja apreciado o assunto na sua sessão ordinária a realizar no dia 21 do corrente mês, uma vez que não se encontra incluído na Ordem de Trabalhos da referida sessão, considerando que se justifica como urgente a apreciação do mesmo atendendo a que a 1ª sessão ordinária de 2019 daquele órgão ocorrerá somente durante o mês de fevereiro, e entretanto entrará em vigor, a partir de 1 de janeiro de 2019, a Lei nº. 51/2018, de 16 de agosto, que altera a Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, e designadamente altera os critérios e condições do reconhecimento das isenções (artigo 16º), condicionando os mesmos à obrigatoriedade de elaboração de regulamento para o efeito, que é um procedimento moroso, e como o processo entrou nos serviços antes daquela data não pode o requerente ser prejudicado e aguardar que se encontrem reunidas as novas premissas legais.--

12.2.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – REQUERIMENTO . Nº.01/2018/6303, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2018/101 – ABRANGIDO PELO PROGRAMA DE APOIO A RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO PERMANENTE (DEC.LEI Nº. 142/2017, DE 14/11 E PORTARIA 366/2017, DE 7/12):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 01/2018/6303, de Joaquim Inácio Duarte, residente na Rua das Figueiras, nº.4, Riomilheiro, Sobral, a requerer, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de duzentos e setenta e três euros e sessenta e nove cêntimos (273,69 €), do processo n.º 01/2018/101, referente à reconstrução de anexo da habitação destruído pelo incêndio ocorrido em 15 e 16 outubro de 2017, pelo motivo de se encontrar abrangido pelo Programa de Apoio a Reconstrução Habitação Permanente (Dec. Lei n.º 142/2017, de 14 de novembro/Portaria n.º 366/217, de 7 de dezembro), juntando o respetivo formulário de candidatura.-----

-----Em cumprimento da deliberação aprovada na Reunião de Câmara de 05/12/2018, foi presente o Despacho do Senhor Vereador com competência delegada que a seguir se transcreve:-----

-----“ O Requerente pretende a isenção das taxas de licenciamento pelo motivo de se encontrar abrangido pelo Programa de apoio à reconstrução de habitação permanente ao abrigo do Dec. Lei n.º 142/2017 e da Portaria n.º 366/2017.-----

-----Atento o teor do Parecer Técnico, datado de 10/12/2018, o Chefe da DAT conclui que a pretensão configura o constante na deliberação da Câmara de 20/12/2107 e Assembleia Municipal de 29/12/2017, pelo que, está em condições de ser deferida.-----

-----Assim deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre o possível deferimento da pretensão da Requerente.-----

-----Em caso de decisão desfavorável deverá ser a Requerente notificada do teor da deliberação sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da Audiência Prévia”.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Joaquim Inácio Duarte, residente na Rua das Figueiras, n.º 4, Riomilheiro, Sobral, a requerer, da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de duzentos e setenta e três euros e sessenta e nove cêntimos (273,69 €), do processo n.º 01/2018/101, referente à reconstrução de anexo da habitação, destruído pelo incêndio ocorrido em 15 e 16 outubro de 2017.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.3.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º 7248/2018, REFERENTE AO PROCESSO N.º 01/2018/150 - CONSTRUÇÃO NOVA - HABITAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de registado com o n.º 7248/2018, em nome de Bárbara Daniela Fernandes Rocha dos Santos, residente em Travessa do Posto Médico, n.º 2, Marmeleira, a requerer, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de seiscentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos (684,55 €) e da TMU de quinhentos e vinte e quatro euros e noventa cêntimos (524,90 €), referente processo n.º 01/2018/150 - Construção Nova - Habitação, sita em travessa do Posto Médico - Marmeleira.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

----- A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

----- Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16.º daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Bárbara Daniela Fernandes Rocha dos Santos, residente em Travessa do Posto Médico, n.º 2, Marmeleira, da a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de seiscentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos (684,55 €) e da TMU de quinhentos e vinte e quatro euros e noventa cêntimos (524,90 €), referente processo n.º 01/2018/150 - Construção



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Nova - Habitação, sita em travessa do Posto Médico – Marmeleira.-----

-----Mais deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal para que, nos termos do nº. 2, do artigo 50º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, seja apreciado o assunto na sua sessão ordinária a realizar no dia 21 do corrente mês, uma vez que não se encontra incluído na Ordem de Trabalhos da referida sessão, considerando que se justifica como urgente a apreciação do mesmo atendendo a que a 1ª sessão ordinária de 2019 daquele órgão ocorrerá somente durante o mês de fevereiro, e entretanto entrará em vigor, a partir de 1 de janeiro de 2019, a Lei nº. 51/2018, de 16 de agosto, que altera a Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, e designadamente altera os critérios e condições do reconhecimento das isenções (artigo 16º.), condicionando os mesmos à obrigatoriedade de elaboração de regulamento para o efeito, que é um procedimento moroso, e como o processo entrou nos serviços antes daquela data não podem os requerentes serem prejudicados e aguardar que se encontrem reunidas as novas premissas legais .-----

12.4.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01//2015/34, DE RECONSTRUÇÃO DE MORADIA, SITA NA RUA PRINCIPAL, PEREIRA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2015/34, em nome de Paulo Alexandre de Abreu Simões, residente em Cours de Verdun, nº. 65 , 47400 , Tonneins, França, referente à reconstrução de moradia, sita na Rua Principal, nº. 9 e 9ª, Pereira, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.-Foi emitido alvará de obras de construção n.º 49/2016, cujo prazo de validade teve início a 28/09/2016 e termo a 27/09/2018.-----

-----2.-As obras não foram concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----3.-Em 04/12/2018 foi emitido Despacho pelo Senhor Vereador com competência delegada que determina que: *“Do teor da informação administrativa datada de 26/11/2018, de fls 307, ressalta que:-----*

-----O requerente, notificado do meu despacho datado de 18/10/2018, através do ofício DAGF/AG 2647, não requereu a prorrogação do prazo da licença de obras n.º 46/2016.-----

-----O art.º 71.º 3, alínea c) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação prescreve que a licença caduca se as obras não forem concluídas no prazo fixado para o efeito.-----

-----Conforme preceitua o n.º 5 do art.º 71.º do diploma legal vindo de referir, a caducidade da licença deve ser declarada pela Câmara Municipal, após audiência prévia do interessado.-----

-----Assim, tendo em conta o exposto, e considerando o teor da informação administrativa datada de 26/11/2018, fls. 307, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre a intenção de declaração de caducidade e respetivos fundamentos e, caso seja deliberada favoravelmente a intenção de declarar a caducidade do licenciamento, deverá ser o requerente notificado do teor da deliberação sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da audiência prévia.-----

-----Mais, deverá o requerente ser advertido, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal insita no referido art.º 72.º do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da datada caducidade ou, se tal prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para o prosseguimento do processo 01/2015/34.”-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2015/34, que deu origem ao alvará de licença n.º 46/2016, cujo término ocorreu em 27/09/2018, ao abrigo do disposto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Regime Jurídico da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

urbanização e Edificação a (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----3.- Advertir o requerente, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal insita no referido artigo 72º. do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data da caducidade ou, se tal prazo estiver esgotados, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para o prosseguimento do processo 01/2015/34.-----

12.5.-LOTEAMENTO URBANO DOS LOBOS – RETIFICAÇÃO DE PROTOCOLO DE URBANIZAÇÃO, APROVADO NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 17/10/2018:-----

-----Em reunião ordinária de 17/10/2018 foi deliberado aprovar a Minuta de Protocolo de Urbanização relativo à operação de loteamento denominado “Loteamento Urbanos dos Lobos” que Abraltino Barbosa de Moraes Lobo e Outros, residente na Rua Albano Moraes Lobo, nº.3, Mortágua, pretende levar a efeito no prédio rústico, situado entre a Rua Dr. João Lopes de Moraes e a Avenida Dr. José Assis e Santos, em Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz predial sob o artigo 3964 da dita União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º 1422, e a celebrar com os interessados nos termos do n.º 3, do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº. 136./2014, de 9 de setembro de 2014.-----

-----Verificou-se existir incorreção na Minuta de Protocolo de Urbanização pelo facto de não



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

constar na mesma a identificação do outorgante Olga Mendes Cró Lobo, que é também coproprietária do prédio, conforme se comprova na fls. 69,70 e 71 do processo do loteamento.-

-----Assim, na Minuta de Protocolo de Urbanização deve passar também a constar:-----

-----“10º. Outorgante – Olga Mendes Cró Lobo, melhor identificada a fls, 70 e 71 do processo de loteamento nº. 02/2017/3”.-----

-----Deste modo, foi deliberado por unanimidade, retificar a deliberação tomada na reunião ordinária de 17/10/2018, passando a constar também como outorgante na Minuta do Protocolo de Urbanização “10º. Outorgante – Olga Mendes Cró Lobo, melhor identificadã a fls, 70 e 71 do processo de loteamento nº. 02/2017/3”.-----

12.6.-PROCESSO Nº. 02/2018/3 DE ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DENOMINADO DE QUINTA DE S. DOMINGOS, COM O ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 02/92, - JUNCTÃO DOS LOTES 29 E 30:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente, com vista à apreciação e eventual aprovação, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, na actual redação, o processo nº. 02/2018/3, em nome de Pedro António Antunes Garcia, de alteração à operação de loteamento denominado de Quinta de S. Domingos, sito na Rua Viriato Gouveia, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com o Alvará de loteamento nº. 02/92, e em que é especificamente requerido a junção dos lotes 29 e 30 num só lote, que passará a ter as seguintes características:-----

-----Área do lote – 631m2;-----

-----Área de Implantação – 192 m2;-----

-----Área de construção – 384 m2;-----

-----Nº. de pisos – 2;-----

----- Nº. de fogos – 1;-----

-----Função – habitação;-----

-----Área de construção para anexos ou garagens – 10% da área do lote.-----

-----Foi presente o Parecer Técnico subscrito pelo Chefe da Divisão de Planeamento e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Administração do Território, em 04/10/2018, do seguinte teor:-----

-----“ A Análise do processo e bem ainda da informação dos:-----

-----. Serviços Administrativos Municipais (Fl.37).-----

-----. Consultor de Arquitetura (fl.38).-----

-----Indicam o seguinte:-----

-----. é dado cumprimento aos n.º. 1 ao 6.º. do artigo 27.º. do RJUE;-----

-----. deve ser emitido o “aditamento ao alvará de loteamento”, com comunicação oficiosa à Conservatória do Registo Predial, nos termos previstos no n.º.7;-----

-----. Este aditamento ao alvará deve ser publicamente publicitado pela Câmara Municipal, nos termos do n.º.2 do artigo 78.º.-----

-----Pelo exposto, propõe-se o deferimento da pretensão.”.-----

-----Sobre o processo recaiu o Despacho do Vereador com competência delegada, exarado em 19/12/2018, cujo teor se transcreve:-----

-----“O requerente solicitou a aprovação do projeto de alteração ao processo de loteamento com alvará n.º.2/92, Junção dos Lotes 29 e 30, o que indica em fls.3.-----

-----Atento o teor do Parecer Técnico emitido a 04/10/2018, de fls. 39, ao Parecer do Consultor Jurídico, de fls. 50 a 52, e considerando as declarações de não oposição dos titulares da maioria da área dos lotes, de fls. 55 a 60, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre o possível deferimento da pretensão do requerente.---

-----Caso a deliberação seja favorável deverá ser emitido o Aditamento ao Alvará de Loteamento nos termos do n.º.7 do art.º. 27.º. do RJUE.-----

-----Este Aditamento ao Alvará de Loteamento necessitará ser publicamente publicitado pela Câmara Municipal nos termos do n.º. 2 do art.º. 78.º. do RJUE.-----

-----Pagamento de Taxas no valor de € 46,90 ;-----

-----Publicitação do Aditamento no valor de € 110,70.-----

-----O requerente notificado o teor da deliberação sendo-lhe concedido, em caso desfavorável o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da audiência prévia”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e os demais elementos e pareceres constantes no processo, deliberou por unanimidade aprovar a alteração à operação de loteamento denominado de Quinta de S. Domingos, sito na Rua Viriato Gouveia, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, titulada com o Alvará de loteamento nº. 02/92, juntando os lotes 29 e 30 num só lote, nos termos e com os fundamentos constantes do processo.-----

12.7.-PEDIDO EMISSÃO DE CERTIDÃO EM COMO O PRÉDIO RÚSTICO DESCRITO NA MATRIZ DA FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIA DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA COM O Nº. 11134, FOI ATRAVESSADO PELA RUA DA QUINTA DA GANDARADA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 4/2018/98, requerimento nº. 7204//2018, em nome de CM – Casa de Mortágua- Sociedade Agrícola e Comercial, Ldª. com sede na Rua Dr. João Lopes de Moraes, nº.2, em Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio rústico designado de Gandarada, sito na Gandarada, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua, sob o número 2174, e inscrito na matriz predial rústica da respetiva Freguesia sob o artigo 11.134, foi atravessado pela Rua da Quinta da Gandarada dando origem a dois prédios distintos e autónomos.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

12.8.-CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----

12.8.1.-Processo nº.10/2018/29:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10.2018.29, requerimento 6694/2018, em nome de António Duarte Coelho, a requerer cabeça de Casal da herança de Manuel Ferreira Coelho, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com o artigo 3171, no local



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

denominado “Pardelhos”, com a área de 0,8820 há, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de propriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Alberto Duarte Coelho.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e o parecer técnico constante no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

12.8.2. -Processo nº.10/2018/30:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10.2018.30, requerimento 6696/2018, em nome de António Duarte Coelho, a requerer cabeça de Casal da herança de Manuel Ferreira Coelho, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com o artigo 3174, no local denominado “Pardelhos”, com a área de 0,8820 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de propriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Gabriela Mendes Duarte.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e o parecer técnico constante no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

12.8.3.- Processo nº.10/2018/31:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10.2018.31, requerimento 6699/2018, em nome de José Maria Vicente, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de José Ferreira Vicente, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com o artigo 6883, no local denominado “Falgares”, com a área de 2,000000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de propriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de José Maria Vicente – um terço (1/3); Manuel Gomes Vicente – um terço (1/3); Joaquim Gomes Vicente – um terço (1/3).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e o parecer técnico constante no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

12.8.4.-Processo nº.10/2018/34:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10.2018.34, requerimento 6992/2018, em nome de Maria Luiza Ferreira Valente, a requerer na qualidade de proprietária do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia da Marmeleira, com o artigo 1122, no local denominado “Vale dos Amurdos”, com a área de 4,738000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação a favor de Paulo Miguel Matos Ferreira – metade (½); Rui António de Matos Ferreira – metade (½).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e o parecer técnico constante no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezanove horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Breia Secretário do Órgão e
pelo Senhor Presidente.-----